

Monique Batista Carvalho

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

GT 05: FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS E PROFSOCIO: PRODUÇÃO DE
CONHECIMENTOS E PRÁTICAS DE ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO
BÁSICA

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS DO CAP UERJ:
ENSINO DE SOCIOLOGIA, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E LETRAMENTO

São Paulo

2025



PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS DO CAP UERJ: ENSINO DE SOCIOLOGIA, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E LETRAMENTO

Monique Batista Carvalho¹

RESUMO

Este trabalho apresenta a experiência do Programa de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (PROEJAI), desenvolvido desde 2022 no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp/UERJ). A iniciativa tem como foco a oferta de educação básica a pessoas com trajetórias escolares interrompidas e a formação de licenciandos em um campo de estágio inovador. Destacamos a inserção pioneira da Sociologia como disciplina no Ensino Fundamental I, articulando ensino, pesquisa e extensão. A proposta curricular buscou adaptar conceitos sociológicos à realidade de estudantes com baixa fluência em leitura e escrita, utilizando múltiplas linguagens como imagens, música e poesia. A experiência visou estimular a leitura crítica da vida social, promovendo o letramento e a expressão oral e escrita dos participantes. A equipe foi composta por uma docente e cinco licenciandos em Ciências Sociais. Esta iniciativa contribui para pensar o papel da Sociologia na educação de jovens e adultos, num cenário marcado por desigualdades educacionais, e evidencia a importância da formação docente comprometida com a diversidade e a cidadania.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Sociologia; Ensino Fundamental 1; Formação docente; Letramento sociológico.

INTRODUÇÃO

A Educação é um direito garantido pela Constituição brasileira assinada em 1988. Sabemos que em nosso país existe um hiato entre o que está definido pela lei e o que acontece em nossa prática cotidiana. Desse aspecto, o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, um dos pilares que garantiria o gozo da cidadania plena, é sistematicamente dificultada a muitos brasileiros e, em especial, àqueles que por diferentes razões não concluíram sua trajetória escolar formal.

Desde a década de 1930 existem registros de projetos de educação voltados para a escolarização de trabalhadores adultos. Contudo, esses projetos possuem a interrupção como principal característica. Historicamente, as ações nessa modalidade são desenvolvidas por meio de programas, de campanhas e de projetos fragmentados, resultando em ações focais que não têm garantido o direito dos jovens e adultos à educação na perspectiva de sua universalização. A modalidade de educação para adolescente, jovens e adultos possui uma trajetória de intermitência no país (Xavier, 2019).

¹ Doutora em Ciências Sociais, professora adjunta de Sociologia no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap/UERJ), carvalho.nique@gmail.com.



De acordo com os dados do Censo de 2022, 93% da população brasileira é alfabetizada, percentual que sobe para 97% no estado do Rio de Janeiro. Apesar dos avanços nos índices educacionais, o país ainda enfrenta profundas desigualdades no acesso e na permanência na educação formal. Essas desigualdades tornam-se mais evidentes quando comparamos as diferentes regiões do Brasil ou analisamos os dados a partir de marcadores sociais como gênero, raça e faixa etária.

A análise por segmento revela que 42% da população brasileira não concluiu alguma das etapas da Educação Básica. No estado do Rio de Janeiro, por exemplo, 25,6% da população tem nenhuma escolaridade ou não concluíram o Ensino Fundamental, enquanto 16,56% finalizaram o ensino fundamental, mas não completaram o ensino médio (IBGE, Censo Demográfico 2022).

Por outro lado, os dados do Censo da Educação Básica de 2024 demonstram uma queda nas matrículas na Educação de Jovens e Adultos em relação ao ano anterior. O número de pessoas matriculadas foi de 2.391.319 em todo o país, com maior concentração na EJA de Ensino Fundamental. Dentre esses estudantes, 64% têm menos de 40 anos. As mulheres representam 57% das matrículas na faixa etária acima de 20 anos, e 79% dos matriculados na EJA no Ensino Fundamental e 73,6% no Ensino Médio se identificam como pretos ou pardos.

É importante destacar que a modalidade de Educação de Jovens e Adultos cumpre funções que vão além da simples reposição da escolaridade formal. Ela possui especificidades próprias, que demandam atenção cuidadosa em sua formulação e execução. Com a aprovação da Lei 13.415/2017, que instituiu a Reforma do Ensino Médio, a EJA — assim como o ensino noturno — foi mais uma vez relegada a um lugar secundário. Nesse contexto, torna-se urgente retomar o debate sobre a EJA, atribuindo-lhe a devida centralidade, com alocação adequada de recursos e profissionais preparados para atuar em seus diversos níveis.

É nesse cenário que se insere a experiência analisada neste artigo, desenvolvida entre 2023 e 2024 no âmbito do Proejai. O Programa de Educação para Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (Proejai), do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp/UERJ), foi criado em 2022 como um projeto-piloto destinado à oferta de educação para pessoas que, ao longo de sua trajetória escolar, enfrentaram interrupções ou barreiras de acesso à escolarização. Além de seu caráter formativo, o programa também se constituiu como um campo de estágio curricular, tendo em vista a especificidade do CAp como unidade acadêmica da UERJ voltada tanto à educação básica quanto à formação de licenciandos da universidade.

O Proejai propôs a oferta de cursos no âmbito do Ensino Fundamental 1 com objetivo de alfabetizar e ampliar a escolarização; Ensino Fundamental 2 com objetivo de oferecer

oportunidades diversificadas de estudos também com vistas ampliação da escolarização no segundo segmento do ensino fundamental; Ensino Médio propiciando o saber específico dessa etapa da Educação Básica e Pré-Vestibular Comunitário como contribuição ao acesso ao Ensino Superior. Como um projeto piloto realizado em um Instituto de Aplicação, foi possível desenvolver uma *práxis* na qual os professores coordenadores das disciplinas da Educação Básica estabelecessem seus currículos e seus planejamentos junto com os bolsistas licenciandos.

Em relação à Sociologia como disciplina curricular, os quatro professores de Sociologia se dividiram para atuar no Ensino Fundamental 1 e 2, Ensino Médio e Pré-vestibular. Nesse sentido, essa possibilidade de integrar o quadro do Proejai se configurou como uma oportunidade para desenvolver ações de ensino inovadora nesse campo assim como pesquisas que ampliaram a reflexão sobre práticas escolares nas diversas fases da vida.

O artigo aqui apresentado é o relato da experiência desenvolvida no âmbito da Sociologia no Ensino Fundamental 1 que seria equivalente aos primeiros anos no ensino regular. Ele está dividido em três seções que apresentam os caminhos trilhados para o desenvolvimento e atuação dos licenciandos junto aos estudantes matriculados no Proejai, além da introdução e das considerações finais.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: DESAFIOS HISTÓRICOS E ATUAIS

A teoria social formulada por Pierre Bourdieu oferece importantes contribuições para a compreensão das desigualdades educacionais no contexto das sociedades contemporâneas. Ao analisar o sistema de ensino como um dos principais mecanismos de reprodução das hierarquias sociais, Bourdieu destaca o papel da escola na manutenção da distribuição desigual do capital cultural entre as classes. A noção de *habitus* — concebida como a mediação entre as estruturas objetivas e as práticas cotidianas dos sujeitos — permite compreender como a escola legitima determinados comportamentos e disposições, reforçando padrões sociais já estabelecidos.

Portanto, olhar para a escola a partir de uma perspectiva estrutural, ou seja, considerando todas as outras instituições e práticas sociais que compõe a sociedade contemporânea, é parte indissociável do processo de investigação colocado na construção de uma agenda de pesquisa. Não é possível então desconsiderar o conjunto de indivíduos que constituem a escola enquanto instituição da sociedade e as dimensões do trabalho, da cultura, da ciência e da tecnologia que integram a formação humana e os processos educativos.

No interior dessa estrutura, as políticas voltadas a indivíduos que não conseguiram acessar ou concluir a Educação Básica na idade regular são historicamente marcadas por descontinuidade e por ações pontuais, muitas vezes desenvolvidas por instituições religiosas ou organizações do terceiro setor, por meio de programas de alfabetização (Haddad; Pierro, 2000).

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil se constituiu historicamente como uma modalidade marcada pela descontinuidade, pela fragilidade institucional e pela falta de políticas públicas permanentes. Desde as primeiras experiências voltadas à alfabetização de trabalhadores na década de 1930, passando pelas campanhas massivas dos anos 1940 e 1960, até as políticas mais estruturadas da virada do século, a EJA tem oscilado entre momentos de visibilidade política e fases de invisibilização e descaso. Essa trajetória intermitente evidencia a permanência de uma concepção compensatória da EJA, frequentemente tratada como uma alternativa de segunda ordem, em vez de um direito pleno à educação ao longo da vida.

Sergio Haddad e Maria Claro Di Pierro (2000) em artigo publicado na Revista Brasileira de Educação realizaram um levantamento sobre as atividades relacionadas à educação de jovens e adultos no Brasil percorrendo um eixo temporal iniciado no período da colonização. Nessa época, a transmissão institucionalizada de saberes era conduzida por missões jesuíticas, que associavam à evangelização a normatização de comportamentos. Mesmo após a Proclamação da República, os índices de analfabetismo se mantinham extremamente elevados, chegando a atingir cerca de 70% da população, conforme dados do Censo de 1920.

Foi apenas a partir da década de 1940 que a EJA passou a se configurar como um problema educacional de maior visibilidade. Nesse período, foram implementadas iniciativas voltadas à alfabetização de adultos, como a criação, em 1947, do Serviço de Educação de Adultos no âmbito do Ministério da Educação, responsável por campanhas que buscavam ampliar a escolarização da população, como a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), considerada um marco da atuação da União em favor da educação de adolescentes e adultos.

Nos anos seguintes, especialmente durante a década de 1960, a educação popular ganhou força no país, impulsionada por movimentos sociais e culturais comprometidos com a transformação das estruturas de exclusão social. Nesse contexto, consolidou-se um paradigma pedagógico próprio para a Educação de Jovens e Adultos, tendo como principal referência o trabalho de Paulo Freire. Sua proposta, centrada no diálogo, na problematização da realidade e na valorização dos saberes populares, rompeu com modelos assistencialistas e prescritivos, afirmando a EJA como um espaço de emancipação e consciência crítica. Freire não apenas influenciou políticas públicas e práticas pedagógicas no Brasil e na América Latina, como

também construiu os fundamentos ético-políticos de uma educação comprometida com os direitos humanos e a transformação social.

Durante a ditadura militar, a educação de jovens e adultos foi assumida pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), criado em 1967, e passou a ser regulada legalmente por meio do Ensino Supletivo, instituído pela Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. A lógica da racionalização tecnocrática da alfabetização, nesse período, desarticulou iniciativas populares, promovendo uma abordagem instrumentalizada e voltada ao controle social.

A partir de 1985, com a redemocratização das instituições políticas e sociais, novas demandas educacionais emergiram, ampliando o campo para a experimentação e a inovação pedagógica na EJA. As práticas informadas pela pedagogia crítica e pela educação popular, que até então se desenvolviam de forma marginal ou clandestina em organizações civis e pastorais, passaram a ganhar espaço nas universidades públicas e a influenciar programas públicos e comunitários de alfabetização (Haddad; Piero, 2000).

O marco jurídico mais relevante desse período foi a Constituição Federal de 1988, que consagrou, no Artigo 208, o direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, independentemente da idade do sujeito, estabelecendo a base legal para a ampliação e a consolidação da EJA como política de Estado.

A partir da década de 1990, ações voltadas à democratização do acesso à educação básica foram intensificadas, impulsionadas por marcos legais e diretrizes nacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB9394/1996) e os compromissos assumidos em conferências internacionais. Nesse cenário, dois aspectos merecem destaque: a mudança no perfil etário do público atendido pela EJA e a emergência de um paradigma de educação continuada. Por um lado, houve um crescimento expressivo da presença de jovens que não conseguiram concluir a educação básica na idade regular; por outro, consolidou-se a compreensão de que outros espaços sociais — como movimentos sociais, associações civis, meios de comunicação e redes digitais — também constituem espaços educativos e formadores de subjetividades.

No início dos anos 2000, o governo federal lançou o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), buscando articular a escolarização formal à formação técnico-profissional. O programa visava garantir a jovens e adultos o direito à conclusão da educação básica aliada a uma qualificação profissional, promovendo a integração social e produtiva desse público historicamente excluído. Apesar de seu potencial transformador, o PROEJA enfrentou

dificuldades de implementação, especialmente no que se refere à articulação entre as redes de ensino, ao financiamento e à formação de professores para atuar na modalidade.

Entretanto, nas políticas mais recentes, a EJA voltou a ser colocada em segundo plano. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017 para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental e, em 2018, para o Ensino Médio, dedica apenas uma menção pontual à modalidade. Ainda que reconheça que os sujeitos da EJA demandam propostas pedagógicas específicas, a BNCC não apresenta diretrizes claras para a construção de currículos contextualizados, tampouco contempla a diversidade de trajetórias escolares e experiências de vida desses estudantes. Essa omissão revela uma concepção normativa e homogênea da educação básica, que ignora os processos de escolarização interrompidos, os tempos sociais diversos e as necessidades formativas específicas da população jovem e adulta.

Em sentido oposto à lógica excludente das políticas oficiais, o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp/UERJ) implementou, em 2022, o Programa de Educação para Pessoas Jovens, Adultas e Idosas (Proejai), como um projeto-piloto voltado à oferta de educação básica para sujeitos que tiveram sua trajetória escolar interrompida. A proposta busca garantir o acesso à educação em sua integralidade, reconhecendo a multiplicidade de saberes e as especificidades dos estudantes da EJA. Além disso, o programa possibilitou que docentes e licenciandos desenvolvessem novas experiências pedagógicas, como a oferta da disciplina de Sociologia no Ensino Fundamental I — iniciativa que será analisada na próxima seção.

SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Tendo como referência a Reforma do Ensino Médio (lei 13.415/2017) especialmente no que tange à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) organizada em áreas de conhecimento e itinerários formativos buscamos refletir sobre o lugar da Sociologia na educação básica. A mudança promovida pelo Novo Ensino Médio por si só já se apresenta como um campo profícuo de estudos sobre o papel da Sociologia nesse novo cenário e que coloca luz na formação do docente dessa disciplina curricular.

Em um contexto em que professores e profissionais da educação precisaram lutar para manter a Sociologia como componente curricular obrigatório no Ensino Médio, o CAp/UERJ desenvolveu uma experiência inovadora ao incluir a Sociologia como componente curricular no Proejai.

Como nos ensinou Paulo Freire, entendemos que o processo educativo, especialmente a alfabetização de adultos, deve estar ancorado no contexto cultural dos educandos, partindo de suas experiências concretas e de seus saberes prévios. Como defende o autor, a educação deve

promover a consciência crítica, ou seja, possibilitar ao educando a compreensão de seu lugar no mundo e das contradições que o atravessam, para que possa atuar de forma reflexiva e transformadora. O método freireano propõe que o ensino parta do universo vocabular dos estudantes e tenha como objetivo a leitura do mundo antes da leitura da palavra (Freire, 1967).

Nesse sentido, a Sociologia como disciplina curricular na EJA também assume a tarefa de contribuir para a leitura crítica da realidade. Espera-se que os estudantes possam desenvolver habilidades de estranhamento e desnaturalização das estruturas sociais, políticas e culturais que conformam seu cotidiano. Como defende Wright Mills (1960), a imaginação sociológica permite ao indivíduo compreender sua própria biografia a partir da articulação com os processos históricos mais amplos. Desenvolver essa habilidade significa oferecer instrumentos para que os estudantes compreendam que suas experiências não são isoladas, mas atravessadas por dinâmicas sociais coletivas.

Mais do que transmitir conceitos, o ensino de Sociologia deve buscar a contextualização da realidade vivida pelos estudantes com os conteúdos trabalhados em sala de aula. Essa articulação entre teoria e prática é o que confere ao ensino caráter emancipador. Como observa Sampaio (2024), a Sociologia na escola deve desenvolver o pensamento crítico e capacitar o educando a interpretar sua realidade de forma consciente e engajada, tornando-o capaz de compreender os desafios que enfrenta como sujeito social.

Foi com base nesse entendimento que iniciamos o planejamento das atividades da disciplina no Proejai, voltadas aos estudantes do Ensino Fundamental I, cuja experiência será detalhada na próxima seção.

O LETRAMENTO SOCIOLÓGICO NA EJA: EXPERIÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Iniciamos as atividades do projeto com a seleção dos bolsistas que integrariam a equipe de Sociologia. Os critérios definidos exigiam que fossem licenciandos em Ciências Sociais e que já tivessem cursado, ao menos, uma disciplina relacionada à Educação. Foram selecionados cinco estudantes², com os quais construímos nosso primeiro planejamento coletivo.

Naquele momento, os estudantes do Proejai ainda estavam em fase de inscrição, o que nos levou a elaborar um plano mais amplo e flexível, cuja linha condutora inicial foi a temática do trabalho. A ideia era construir uma base que nos permitisse desenvolver conteúdos

² Gostaria de agradecer aos licenciandos Amanda Alves dos Santos Lima; Gabriel Teixeira Silveira; Juliana Izidoro Alves; Luis Filipe de Sousa Macedo; Matheus Rodrigues Paes Cavalcante pela parceria durante esses dois anos de Proejai.

fundamentais da Sociologia, conforme o perfil e as necessidades do grupo. Como competências centrais, definimos: compreender conceitos sociológicos básicos como indivíduo, sociedade, trabalho e cultura; expressar-se oralmente e por escrito com clareza e coerência; identificar problemas sociais e refletir sobre suas causas e consequências; interpretar textos, documentos e recursos audiovisuais; desenvolver o pensamento crítico e reflexivo sobre a sociedade; refletir sobre os impactos das ações humanas na sociedade e no meio ambiente; relacionar questões sociais e ambientais locais com problemas globais; utilizar recursos tecnológicos para pesquisa e produção de materiais; avaliar criticamente fontes de informação online e discernir entre informações confiáveis e desinformação.

A partir dessas competências, formulamos nossos objetivos, estratégias e atividades didáticas. Desde o início do projeto, trabalhamos com um grupo diverso de estudantes que têm em comum a pouca fluência na leitura e na escrita formais. Trata-se de pessoas que não concluíram o primeiro segmento do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) ou que não possuíam a documentação necessária para comprovar esse percurso. As atividades de Sociologia foram, portanto, direcionadas à ampliação do letramento em sentido amplo, compreendendo múltiplas linguagens como imagem, poesia, música, oralidade e produções visuais.

Buscamos, junto aos participantes, construir conhecimento sobre a vida social, articulando a teoria sociológica às suas vivências e experiências cotidianas. Optamos por desenvolver os conteúdos a partir de temas geradores, estratégia que nos permitiu trabalhar conceitos sociológicos sem dissociá-los da realidade concreta dos educandos. Nosso objetivo era também favorecer a expressão oral e escrita dos participantes, incentivando sua capacidade de argumentação, escuta, interpretação de textos e produção de sentidos a partir de diferentes suportes discursivos.

Um dos nossos maiores desafios, no início, foi encontrar metodologias que conciliassem o desenvolvimento do letramento com a introdução de conceitos sociológicos fundamentais. Com o tempo, fomos experimentando abordagens e ajustando caminhos. No primeiro ano, organizamos o planejamento em torno da temática do trabalho e introduzimos os clássicos da Sociologia — Marx, Weber e Durkheim — por meio de seus conceitos fundamentais, como fato social, relações sociais, cultura e alienação do trabalho, sempre contextualizando com a realidade brasileira marcada pela colonização e pelo escravismo.

Em 2024, com a diminuição da carga horária e a concentração das aulas em um único dia na semana, optamos por uma abordagem temática mais ampla e atual, trabalhando com questões como gênero, povos originários, meio ambiente, amor e festas populares. Essa

organização permitiu maior imersão nos temas e promoveu debates ricos, favorecendo a compreensão crítica dos fenômenos sociais contemporâneos.

Como experiência pioneira, o projeto teve como objetivo central desenvolver metodologias inovadoras e sensíveis às especificidades dos sujeitos da EJA, ao mesmo tempo em que contribuiu para a formação docente dos licenciandos em Ciências Sociais. Para isso, foi produzido um acervo de materiais composto por textos selecionados, apresentações em slides, imagens e atividades escritas adaptadas ao perfil da turma.

É fundamental destacar o protagonismo dos bolsistas nesse processo. No cotidiano do projeto, são eles que conduzem as aulas, assumem a mediação pedagógica, elaboram os materiais e avaliam continuamente a prática. O envolvimento ativo dos licenciandos proporcionou uma experiência formativa intensa, tanto para os estudantes quanto para os futuros professores.

Durante a atividade de avaliação formativa realizada com os bolsistas, colhemos relatos que expressam não apenas os aprendizados pedagógicos, mas também o envolvimento afetivo, político e profissional com o projeto. A seguir, destacamos algumas dessas vozes:

“Foi uma experiência maravilhosa pra mim tanto quanto aluna da graduação, tanto como pessoa. Me fez enxergar a educação de uma forma completamente diferente e me abriu muitas possibilidades. A educação é transformadora e emancipadora e poder fazer parte de tudo isso na vida dos alunos do projeto foi muito gratificante e emocionante, agradeço muito por todo o tempo no projeto e por toda a vivência que ele me trouxe.” (Amanda)

“Acredito que o Proejai exerceu um impacto extremamente positivo na minha formação como professor. A experiência em sala de aula foi desenvolvida com um público de alunos do Ensino de Jovens e Adultos (EJA), composto majoritariamente por pessoas mais velhas que não tiveram a oportunidade de estudar na juventude, muitas vezes devido à necessidade de trabalhar para garantir sua sobrevivência. Nesse momento de retorno à escola, esses alunos buscavam, sobretudo, alfabetizar-se por diferentes razões e motivos, como aprender a usar o celular e ingressar na universidade e vivenciar a experiência de sala de aula. Por meio das aulas e com o auxílio dos próprios estudantes, aprendi a relacionar o ensino de sociologia com questões pertinentes às suas vivências, aos desafios cotidianos que enfrentam e aos saberes que trazem consigo” (Gabriel).

“Foi incrível! Acredito que na área da Sociologia foi um grande desafio trazer conteúdo para nível fundamental, mas foi um ambiente de muita troca e entender um pouco da vivência dos alunos também nos possibilitou avançar nas aulas. Participar desse projeto sendo uma jovem de periferia é uma honra, porque onde as condições de ensino são precárias, estar em ambientes como o Proejai cria esperança. O

programa é de extrema importância para a formação acadêmica, mas também tem um grande valor social, dando oportunidade de uma educação de qualidade” (Juliana Alves).

“O Proejai é um programa fundamental para o desenvolvimento acadêmico e profissional dos bolsistas, pois proporciona uma experiência prática dentro das salas de aula. Este projeto se destaca por abrir oportunidades principalmente para alunos que estudam no turno noturno, pois muitos têm dificuldades em conseguir estágios, devido trabalharem no horário comercial. É um programa indispensável para os cursos de licenciatura, já que oferece aos estudantes da UERJ a chance de vivenciar a prática pedagógica e, ao mesmo tempo, enriquecer o currículo, o que aumenta suas chances de conseguir estágios em outras instituições” (Luis Filipe).

“A participação no Proejai em 2024 teve um impacto significativo em minha compreensão sobre o papel do professor em sala de aula. A experiência prática com os alunos proporcionou um aprendizado prático que complementou minha formação teórica. Essa vivência também desenvolveu em mim habilidades psicológicas importantes para adaptação às diferentes realidades pedagógicas de cada aluno/a, permitindo oferecer um ensino mais especializado e adequado às necessidades individuais de cada sujeito. O Proejai também reforçou minha visão sobre a docência como uma profissão digna e essencial.” (Matheus)

Esses relatos evidenciam que o Proejai não apenas contribui para o desenvolvimento das habilidades docentes e para a construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às realidades sociais, como também desperta nos licenciandos um senso ético e político da docência. Essa formação ampliada, que articula saber, fazer e sentir, é um dos maiores potenciais da extensão universitária como espaço de formação crítica.

A introdução do pensamento sociológico no Ensino Fundamental I, ainda que fora dos parâmetros tradicionais da organização curricular, demonstrou-se extremamente eficaz. Foi possível perceber avanços significativos nas habilidades de leitura e escrita dos participantes, bem como mudanças no modo como se expressam e compreendem a realidade. Os relatos em sala revelam sinais de desnaturalização de percepções do senso comum, especialmente em relação a temas como classe social, gênero e raça. Acreditamos que esse processo tem contribuído para o desenvolvimento da consciência crítica e da autonomia intelectual, reafirmando o papel da Sociologia na formação cidadã e na construção de sentidos sobre a vida em sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada neste artigo reafirma a importância da Educação de Jovens e Adultos como direito fundamental e como campo fértil para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a justiça social, a valorização dos saberes populares e a formação crítica dos sujeitos. Em um cenário de invisibilização da EJA nas políticas educacionais, iniciativas como o Proejai demonstram a potência transformadora da escola pública, da extensão universitária e da prática docente comprometida com a realidade dos estudantes.

A inserção da disciplina de Sociologia no Ensino Fundamental I, dentro de um programa voltado a jovens, adultos e idosos, mostrou que é possível construir espaços de letramento e reflexão crítica mesmo em etapas iniciais da escolarização. A abordagem sensível às experiências dos estudantes e a articulação entre vivência e teoria permitiram o desenvolvimento de habilidades de leitura, escrita e pensamento crítico, promovendo a desnaturalização de percepções e o fortalecimento da consciência social.

Do ponto de vista da formação docente, o envolvimento dos licenciandos na construção, mediação e avaliação das práticas foi central. Seus relatos evidenciam que a participação em projetos como o Proejai amplia horizontes, desafia concepções prévias sobre o ensinar e forma educadores mais conscientes, éticos e preparados para lidar com a complexidade da educação pública brasileira.

Mais do que relatar uma experiência, este artigo aponta caminhos possíveis para repensar a EJA como um espaço legítimo de formação integral, onde o conhecimento se articula com a vida, e onde ensinar e aprender são atos inseparáveis de escuta, respeito e compromisso com a transformação social.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, P. Reprodução cultural e reprodução social. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. Estrutura, habitus e prática. In: A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- _____. O ofício do sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 2017. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: dezembro, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: dezembro, 2022.

- CORREIA, E.S. Colégios de aplicação pedagógica: sua história e seu papel no contexto educacional brasileiro. *Rev. Eletrônica Pesquiseduca*, ISSN: 2177-1626, v. 09, n. 17, p. 116-129. jan.-abr.2017.
- FAGUNDES, T.B. Os conceitos de professor-pesquisador e professor reflexivo: perspectivas do trabalho docente. *Revista Brasileira de Educação* v.21 n.65, abr.-jun. 2016
- FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- _____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- HADDAD, Sérgio e DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *Rev. Bras. Educ.* [online], n.14, pp.108-130, 2000.
- HENRIQUE, A. L. S. O PROEJA e a reforma do ensino médio (lei n. 13.415/2017). *HOLOS*, Natal, ano 34, v. 3, p. 289-302, set. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2022: resultados da amostra – Educação*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: maio 2025.
- MEUCCI, Simone; BEZERRA, Rafael Ginane. Sociologia e educação básica: hipóteses sobre a dinâmica de produção de currículo. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 45, n. 1, p. 87-101, jan./jun. 2014.
- MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. PROEJA: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES. *HOLOS*, [S.l.], v. 2, p. 114-129, maio 2012.
- PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. O impacto da BNCC no ensino de Sociologia para o Ensino Médio: o retrocesso mediante as OCN. In: *Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS*. Brasília, 2021.
- SAMPAIO, Thiago Henrique. O Ensino da Sociologia na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. *Ar@cne. Revista Eletrônica de Recursos de Internet sobre Geografia y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de diciembre de 2024, vol. XXVIII, nº 297. DOI: <http://doi.org/10.1344/ara2024.297.44805>
- XAVIER, C. F. História e historiografia da educação de jovens e adultos no Brasil - inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades. *Revista Brasileira de História da Educação*, 19, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e068>